

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 93ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos dez dias de maio de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587
8 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 93ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio Braga iniciou a reunião fazendo a
10 leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: José Wenceslau de Freitas;
11 Alaíde Francelino Silva; Nelly Costa Bittencourt; Edna Nunes Gomes; Maria Aparecida Carneiro;
12 Maria Fontana C. Maia e Sônia Maria Augusto. Em seguida, Léa fez a leitura e apresentação das
13 substituições de conselheiros, sendo: Eron Miranda Santos, substituindo Geralda Maria Metsker,
14 suplente da representação de usuários de Venda Nova; Terezinha Aparecida da Costa, substituindo
15 Andréa de Cássia Almeida, Titular da Secretaria Municipal de Educação; Danielle Mara Dornelas
16 Cruz substituindo Leonardo Costa Barbosa, suplente da representação dos trabalhadores do Setor
17 Privado e Filantrópico do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais. Logo após a
18 presidente Léa Lúcia apresentou os pontos de pauta: 1) Eleição da Mesa Diretora do CMAS/BH
19 para o período de junho/2006 a março/2007; 2) Apresentação do levantamento da Presença de
20 Conselheiros nas Plenárias da atual gestão e tomar providências cabíveis de acordo com o
21 Regimento Interno do CMAS/BH; 3) Discussão e Avaliação da Renovação de Inscrição de
22 Entidades de Educação no CMAS/BH; 4) Avaliação do Seminário sobre Emendas Parlamentares
23 ocorrida no dia 03/05/06; 5) Informes gerais. Em seguida, foi feita a leitura da Ata da 92ª Plenária.
24 Discutida as modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a
25 ata, a mesma, foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; sendo que retornará a próxima
26 plenária somente a correção em relação ao esclarecimento da fala da conselheira Darci Maria de
27 Sousa Vilaça (foi justificada sua ausência) sobre o 2º ponto de pauta – Mensagem 01/2006, linhas
28 88 a 95. Logo após, a presidente Léa Lúcia passou para discussão do 1º ponto de pauta – Eleição
29 da Mesa Diretora. Léa esclareceu sobre a alternância de paridade inclusive na presidência, que na
30 nova composição será da sociedade civil. Léa informou que a alternância de paridade se dá também
31 nas coordenações das Comissões de Trabalho do Conselho que atualmente são 5 Comissões. Em
32 seguida, Léa propôs a plenária que fosse dado um tempo para sociedade civil e governo se
33 reunirem e então fazer a discussão da indicação dos nomes para eleição da mesa. A conselheira
34 Maria do Carmo Villamarim disse não ser necessário o tempo para os conselheiros da sociedade
35 civil, pois já fizeram reunião anteriormente e que já escolheram os nomes para mesa e coordenação
36 de Comissão. Foi encaminhado a votação do tempo para discussão dos nomes e aprovada. Logo
37 após, a presidente Léa Lúcia reiniciou a plenária dizendo que os cargos da Mesa Diretora ficará
38 assim composto: presidente com representação da sociedade civil; Secretária Geral com
39 representação do governo; 1º Secretário, sociedade civil e 2º Secretário com o governo. Passou
40 então para a conselheira Maria do Carmo, representante da sociedade civil. Maria do Carmo
41 informou que a sociedade civil escolheu a conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa para
42 assumir a presidência e o conselheiro Mário Delavy para compor com ela a Mesa Diretora. Ela
43 informou também que para assumir as coordenações das comissões de trabalho da Sociedade Civil
44 elegeram: - o conselheiro Hélio Emiliano Moreira para Comissão de CRAS e CLAS e ela para a
45 Coordenação da Comissão de Financiamento. Informou ainda, que para a proposta de criar uma
46 nova Comissão para garantir a paridade por causa da Comissão da Igualdade Racial, a sociedade
47 civil vai esperar sua criação para então escolher sua coordenação. Em seguida, Léa passou para o
48 conselheiro Márcio Almeida Dutra, representante do governo. Márcio informou que decidiram manter
49 na Mesa Diretora as conselheiras Léa Lúcia na Vice-presidência, Kátia Rochael Rodrigues para o
50 outro cargo assumido pelo Mário e que em relação as três comissões o governo vai manter a
51 mesma prática adotada no ano passado. Informou que vão fazer a discussão interna dentro de cada
52 Comissão e então escolherão a coordenação governamental e que na próxima plenária irão
53 apresentar os nomes que assumirão a Coordenação governamental. Logo após, Léa finalizou
54 esclarecendo quanto ao papel da Mesa Diretora ser mais de operacionalizar as deliberações do
55 plenário e de organizar para que as plenárias possam ser mais produtivos e reafirmou o
56 compromisso dos 4 membros reeleitos que permanecem. Encaminhou a votação da nova
57 composição da Diretora Executiva, a saber: Presidente: Sandra Regina Ferreira Barbosa; Secretária
58 Geral: Léa Lúcia Cecílio Braga; 1º Secretário: Mário Delavy; 2ª Secretária: Kátia Rochael Rodrigues.

59 Foi colocada em votação e aprovada a nova Diretoria Executiva com 35 votos a favor e 1 contrário.
60 Léa passou a condução da plenária para Sandra a nova presidente eleita. Sandra falou ser com
61 muita gratidão que recebe a presidência do Conselho sendo legitimada pela Sociedade Civil,
62 dizendo ter começado sua trajetória neste Conselho como representante do CMDCA, sendo
63 posteriormente eleita representante de entidade pela Casa Dom Bosco da Inspecção São João
64 Bosco. A presidente Sandra Regina passou então para discussão do 2º ponto de pauta.
65 Apresentação do Levantamento da Presença de Conselheiros nas Plenárias da atual gestão e tomar
66 providências cabíveis de acordo com o Regimento Interno do CMAS/BH. Sandra informou que a
67 representante da Comissão de Normas levou para Mesa Diretora esta discussão, que já era um
68 pedido deste Conselho de fazer este levantamento e que portanto, tinha situações para serem
69 analisadas e discutidas por esta plenária. Passou então a apresentação para a Conselheira Maria
70 do Carmo representante da Comissão de Normas. Maria do Carmo disse que a discussão na
71 Comissão tem acontecido muito em torno do cumprimento do Regimento Interno e dos aspectos
72 que não estão contemplados no Regimento. Falou que a Comissão de Normas está fazendo uma
73 revisão tanto na elaboração de alguns artigos com temas que não estão contemplados, como
74 também tentando verificar e fazer com que o Regimento seja cumprido. Acrescentou ainda, que a
75 verificação do quorum já foi um apontamento que a Comissão fez e que já está sendo efetivado
76 desde a última plenária. Maria do Carmo informou que com relação ao levantamento, a metodologia
77 usada se deu através da verificação de presenças e faltas dos conselheiros nas plenárias por
78 representação, contando a partir da 1ª plenária da atual gestão, realizada em 02/06/05 até a 92ª
79 plenária do dia 12/04/06. Informou também que com relação às justificativas de ausências, a
80 Comissão de Normas entendeu que não existe artigos no Regimento regulamentado o que seja
81 justificativa de ausência; constituindo uma lacuna no Regimento, que a Comissão pensou em sanar.
82 Neste aspecto, foi considerado pela Comissão que quando o titular está ausente e o suplente faz
83 justificativa, não foi considerado como justificativa, porque a obrigação é do titular de estar presente
84 e o titular teria que justificar a sua falta e não o suplente, portanto, não foi considerado como abono
85 de falta. Maria do Carmo fez menção ao artigo sétimo do Regimento, dizendo que o conselheiro
86 será desligado do Conselho se ele tiver 3 faltas não justificadas no ano. Ela exemplificou a situação
87 dizendo que isto significa: se o conselheiro tiver 10 faltas no ano e justificar todas as 10 faltas não
88 será contada como falta, fato este que a Comissão considera como falha grave do Regimento.
89 Ressaltou ser importante estabelecer e normatizar critérios do que seja considerado como
90 justificativa. Portanto, falou que como não tem no Regimento nada que fale sobre o que seja
91 justificativa, como fazer, prazo para justificar e como contar, a Comissão entendeu que seria injusto
92 contar como justificativa, a justificativa do suplente, já que a obrigação de estar presente é do titular.
93 Destacou que na ausência do titular o suplente assume a representação, mas a justificativa do
94 suplente não abona a falta da representação, uma vez que, o titular faltou e não justificou, pois o
95 titular tem a obrigação de estar presente, não podendo o titular precisa justificar. Maria do Carmo fez
96 a apresentação do quadro contendo o levantamento de presenças nas plenárias explicando caso a
97 caso. Disse que ao fazer o levantamento a Comissão detectou que existiam casos de conselheiros
98 que precisavam ser comunicados em relação ao limite de faltas e que também existiam outros
99 casos que já estavam em situação de desligamento do Conselho. Maria do Carmo disse que a
100 Comissão ao constatar com a situação de desligamento do Conselho de alguns conselheiros
101 resolveu trazer ao plenário para que a plenária pudesse decidir. Finalizou dizendo ser importante
102 adotar como procedimento riscar o livro de presença ao final de cada plenária e que não serão mais
103 aceitas as justificativas por telefone. Terminada a apresentação foram feitos alguns comentários
104 pela plenária. Domingos Sávio de Araújo, Secretário Executivo do CMAS/BH informou que foram
105 avisados os casos de conselheiros que precisariam receber comunicados em relação ao limite de
106 faltas e que se o Conselho for analisar de agora em diante, esta situação muda, pois começa um
107 novo período a partir de junho, zerando o ano. O conselheiro Breno Serôa da Motta parabenizou
108 esta iniciativa do Conselho e justificou algumas ausências, dizendo que a Secretaria Municipal de
109 Planejamento e Orçamento a qual representa, passou por algumas mudanças e que por isso houve
110 falta de representação, uma vez que sua suplente, Lúcia de Fátima Corrêa também se afastou do
111 Conselho. A conselheira Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar falou da sua dificuldade de
112 participar por assumir outras representações e que a sua suplente também participa de outro
113 Conselho e concluiu dizendo que não foi advertida pelo Conselho sobre suas ausências. O
114 conselheiro Jamil Amim Galluppo Mattar também parabenizou a iniciativa do Conselho em promover
115 a discussão em torno da participação dos seus membros no Conselho, dizendo ser importante na
116 medida em que chama a responsabilidade de participação de cada um, assumindo também um

117 caráter pedagógico. O conselheiro Márcio Almeida Dutra também destacou o caráter da avaliação
118 pedagógica ser importante neste momento, mas que o Conselho deve ficar atento ao cumprimento
119 do Regimento e que este momento fosse iniciado. O conselheiro Hélio Emiliano Moreira disse ser
120 difícil para os conselheiros representantes de usuários justificarem suas ausências, por na maioria
121 das vezes não ter acesso a fax e e-mail. Na oportunidade o conselheiro José Gomes de Azevedo
122 informou que aqueles conselheiros que não tiverem acesso a fax ou e-mail para a justificativa
123 poderiam usar a estrutura da Regional para comunicar ao Conselho. Ainda neste aspecto, o
124 conselheiro Luíz Fernando de Abreu Xavier disse ser a infra-estrutura do Conselho um ponto a ser
125 considerado na comunicação, uma vez que o Conselho não possui um fax diretamente. A
126 conselheira Maria Aparecida Pereira Penido disse que sempre procurou participar de todas as
127 reuniões do Conselho e que até pouco tempo estava sem suplência para substituí-la. Informou que
128 fizeram reunião do CRAS – Venda Nova e elegeram um novo conselheiro o Sr. Eron Miranda dos
129 Santos, que passou assumir a suplência. O conselheiro Jaci Cristino dos Santos informou que suas
130 ausências no Conselho foram em virtude de entrevista de emprego e que as mesmas foram
131 comunicadas ao Conselho por telefone. A conselheira Léa Lúcia disse que a discussão colocada até
132 então, não é para radicalizar quanto a saída de alguns conselheiros deste Conselho. Ressaltou que
133 esta discussão possa servir para chamar à responsabilidade de participação de todos os seus
134 membros, ou seja, para tomada de consciência. Destacou ser importante que o Conselho possa
135 adotar como procedimento registrar na Ata os conselheiros que justificaram suas ausências. Léa
136 finalizou dizendo ser a favor que o Conselho continue com os conselheiros apresentados para o
137 desligamento do Conselho, uma vez que, segundo informação do Sávio, contida no Regimento,
138 inicia-se uma nova contagem. Na oportunidade, a conselheira Maria do Carmo ressaltou que ao
139 apresentar este levantamento o objetivo era promover esta discussão no plenário, em torno do
140 cumprimento do Regimento. Acrescentou que em relação a fonte de dados do levantamento foi
141 extraído do livro de presenças e que todas as justificativas por telefone foram computadas. Maria do
142 Carmo finalizou dizendo concordar também neste momento, com o caráter pedagógico, zerando as
143 faltas a partir de então. A conselheira Kátia Rochael Rodrigues disse que é a favor de que o
144 Regimento possa ser conhecido e rigorosamente cumprido, a partir deste momento. Destacou ser
145 importante o compromisso dos conselheiros para com o Conselho e que não seja adotada neste
146 momento a prática de punição e sim de reflexão, manifestando-se favorável a permanência no
147 Conselho dos conselheiros em posição de desligamento. Kátia propôs que a Comissão de Normas
148 possa elaborar uma proposta de instrução normativa, que estipule o que seja justificativa de
149 ausência (conceito), forma de justificar (por escrito), prazos e procedimentos para monitorar,
150 independente do término da revisão do Regimento, trazendo posteriormente para a plenária. A
151 presidente Sandra Regina encaminhou a proposta de permanência no Conselho dos conselheiros
152 em situação de desligamento, zerando as faltas a partir do novo período, juntamente com a
153 elaboração de uma proposta de instrução Normativa sobre as justificativas de ausência de
154 conselheiros, pela Comissão de Normas. Foi colocada em votação e aprovada com 25 votos e 2
155 abstenções. Em seguida, Sandra passou para a conselheira Maria do Carmo a apresentação do 3º
156 ponto de pauta – Discussão e Avaliação da Renovação de Inscrição de Entidades de Educação.
157 Maria do Carmo fez a apresentação da renovação do Colégio Salesiano de Belo Horizonte da
158 mantenedora Inspeção São João Bosco. O Colégio possui Renda Bruta de R\$3.602.822,32 e a
159 gratuidade a ser aplicada é de R\$720.564,40; a gratuidade aplicada em BH foi de R\$996.365,23. O
160 Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: Curso Noturno de
161 Educação de Jovens e Adultos – EJA no Ensino Fundamental e Médio para 189 alunos com bolsas
162 integrais, com Custo Anual de R\$938.824,32 e Concessão de Bolsa de Estudo para 18 alunos do
163 Curso Diurno, Custo Anual de R\$57.540,91. Terminada a apresentação foi colocada em votação e
164 aprovada a renovação com 23 votos a favor e 2 contrários. O próximo Colégio apresentado pela
165 Conselheira Maria do Carmo foi o Instituto Técnico Vocacional Santo Inácio da mantenedora
166 Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social – AJEAS. O Colégio possui Renda Bruta de
167 R\$1.550.405,50 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$310.081,02; a gratuidade aplicada em BH foi
168 de R\$907.165,60. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços:
169 Concessão de 151 bolsas de estudo integrais e parciais para alunos do Curso de Filosofia, Custo
170 Anual de R\$900.935,60; Parceria com Asilo Nossa Senhora da Piedade – Lar da Vovó, com Custo
171 Anual de R\$3.120,00 para contribuir com as despesas do Asilo. Terminada a apresentação foram
172 feitos alguns comentários e aprovada a renovação com 26 votos a favor e 1 contrário. A outra
173 entidade apresentada foi a Associação Educacional Escolária Feminina – ASSEDEF. Maria do
174 Carmo informou que trata-se de mantenedora com sede e atuação em BH, apesar de ter uma filial

175 em São Paulo direciona a sua aplicação de gratuidade para BH. A entidade apresentou como
176 Renda Bruta R\$11.753.794,14; a gratuidade a ser aplicada é de R\$2.350.759,00; a gratuidade
177 aplicada em BH foi de R\$2.412.891,00. A ASSEDEF apresentou como justificativa de gratuidade os
178 seguintes serviços: - manutenção da Escola Madre Paula com bolsas integrais para 710 alunos,
179 com Custo Anual de R\$2.318.892,12 e concessão de bolsa de estudo para 33 alunos no Colégio
180 São José, com Custo Anual de R\$90.399,55. A mantenedora possui também parceria com o
181 Conselho Central de BH da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, Custo Anual R\$3.600,00 para
182 atendimento de 12 famílias em situação de vulnerabilidade acompanhadas pela SSVP, com
183 concessão de cesta básica. Terminada a apresentação foi colocada em votação e aprovada a
184 inscrição com 25 votos a favor. Logo após, a presidente Sandra Regina passou para a conselheira
185 Léa a apresentação do 4º ponto de pauta – Avaliação do Seminário sobre Emendas Parlamentares
186 ocorrido no dia 03/05/06. Léa disse que na reunião da Mesa Diretora apesar de ter sido pautada a
187 avaliação do Seminário, a mesma não chegou a ser feita. No entanto, Léa informou que foi tirado
188 pela Mesa como encaminhamento o seguinte indicativo: que a Comissão Ampliada de
189 Financiamento que organizou o Seminário fizesse uma reunião, onde pudesse proceder com uma
190 avaliação prévia e também discutir os encaminhamentos das propostas e sugestões apresentadas
191 no Seminário, fazendo o fechamento das propostas, para então, posterior avaliação geral em
192 plenária. Logo após, a presidente Sandra Regina passou para os informes gerais. A conselheira
193 Renilde informou ao plenário sobre diversos eventos que acontecerão no mês de maio no
194 enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Na oportunidade, solicitou
195 ao Conselho o apoio no abaixo-assinado em favor da criação de uma Vara Criminal Especializada
196 para processar e julgar os feitos relativos aos crimes consumados ou tentados contra a criança e o
197 adolescente. Informou que era uma mobilização organizada pelo Fórum Interinstitucional de
198 Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do
199 Estado de Minas Gerais, a favor da criação da Vara Criminal Especializada. A conselheira Léa Lúcia
200 informou sobre um convite que recebeu feito ao Conselho para participar de um Seminário com o
201 tema “A Palmada em Questão” - violência doméstica contra crianças e adolescentes, que
202 acontecerá no dia 26/05/06 de 14 às 18:00 horas, na Casa dos Conselhos. Informou também que o
203 Conselho terá fala de 10 minutos de um representante e contará com 10 vagas para conselheiros
204 interessados em participar. Ressaltou que o Seminário será realizado pelo Instituto de Psicologia da
205 USP. Manifestaram interesse em participar do Seminário durante a plenária, os conselheiros Hélio
206 Emiliano Moreira e Rosemary Araújo Torres. Léa informou também que acontecerá no dia 12/05/06
207 no auditório do Colégio Pio XII a 3ª Jornada dos Trabalhadores da Assistência Social e que na
208 oportunidade será discutida a versão preliminar da NOB de RH. Ressaltou que foi feito um convite a
209 um representante da Comissão de RH para participar da abertura do evento. Nada mais havendo a
210 tratar, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social,
211 lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 10 de maio de 2006.